



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DAS FLORES E A JUNTA DE FREGUESIA DA FAJAZINHA

Nota Justificativa

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia.

Deste modo e considerando que:

- a) A lei nº 75/2013, de 12 de Setembro de 2014, estabelece um novo regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências;
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício;
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei;
- d) Conforme o determinado no artigo 120.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias

através da celebração de contratos interadministrativos que abrangem todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das actividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

- e) Os documentos previsionais económicos e orçamentais para o ano de 2014, aprovados em Assembleia Municipal de 6 de Dezembro de 2013 incluem um reforço dos meios financeiros para a área da Coesão Territorial, da descentralização e de cooperação com as Juntas de Freguesia;
- f) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal foi aprovada em reunião de 18 de 12 de 2014 e autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de 02 de 2014 ;
- g) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia de Fajãzinha em reunião realizada em ___de ___de 2014, foi aceite e ratificada pela Plenário de Cidadãos Eleitores em sessão de 19 de março de 2015.

É celebrado e aceite sem reservas o presente contrato interadministrativo de delegação de competências entre:

A CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES, representada pelo seu Presidente Luís Carlos Martins Maciel,

E

A JUNTA DE FREGUESIA DA FAJANZINHA, representada pelo seu presidente Veronica Marisa Alves Eduardo,

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira
(Enquadramento legal)

A celebração e execução do presente contrato, rege-se pelo disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo

Cláusula Segunda
(Objeto)

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na cláusula quinta do presente contrato.
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas.

Cláusula Terceira
(Poder de Avocação)

O disposto em qualquer das cláusulas do presente contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2, do artigo 39º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

Cláusula Quarta
(Deveres da Junta de Freguesia)

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas.
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato.
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis.
4. O cumprimento integral das disposições previstas nas cláusulas nona e décima do presente contrato.

Cláusula Quinta
(Competências Delegadas)

1. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações.
2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos.
3. São delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências materiais e funcionais:
  - a) Limpeza e manutenção de caminhos vicinais da freguesia.

Cláusula Sexta
(Recursos Financeiros)

1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 3.000,00€ (Três mil euros).
2. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima
(Forma de Pagamento)

A transferência da verba referida no número 1 da cláusula anterior, será processada por duodécimos até ao final de cada mês, sendo os meses de janeiro, fevereiro e março de 2015 processados em simultâneo.

Cláusula Oitava
(Despesas Elegíveis)

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato.
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na cláusula quinta.

Cláusula Nona
(Assistência Técnica)

Para cumprimento das competências que são delegadas, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários.

Cláusula Décima **(Relatórios de Execução)**

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas.
2. O relatório do 1º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio, o relatório do 2º quadrimestre até 30 de setembro e o relatório do 3º quadrimestre até 31 janeiro de cada ano.
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações:
  - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas.
  - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações.
4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as dúvidas suscitadas.
5. A Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de sempre e quando achar conveniente solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações.

Cláusula Décima Primeira **(Vigência do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará pelo período de duração do mandato do órgão deliberativo do município.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato.
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal.

5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Décima Segunda
(Resolução por Incumprimento)

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o contrato por incumprimento da contraparte.
2. São motivos de resolução do contrato o não cumprimento do disposto nas cláusulas quarta, sétima e nona do presente contrato.
3. O contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula Décima Terceira
(Duvidas e omissões)

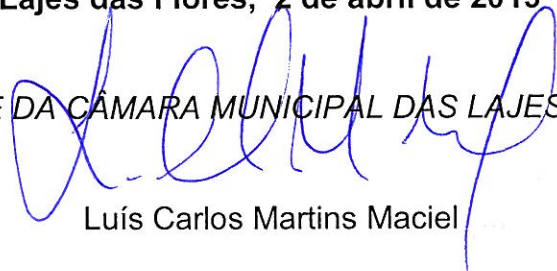
1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula Décima Quarta
(Consulta do Contrato)

Nos termos do disposto no nº 2º do artigo 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município.

Lajes das Flores, 2 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES


Luís Carlos Martins Maciel

A PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA FAJANZINHA


Veronica Marisa Alves Eduardo

A C.S. Engin Limi para
julgar o contrato.
2015-03-3
J. Lf

Aos dezasseis dias do mês de Março de 2015
Reunia o plenário de cidadãos da freguesia da Fajazinha pelas 21.00 horas
na Reunião ordinária com dez por cento
da população, com a seguinte ordem
de Trabalhos, análise e votação dos
documentos de prestação de contas da
Junta de freguesia da Fajazinha referente
ao ano 2014, aprovado por unanimidade.
Análise e votação do contrato Intera-
administrativo de delegações de competências
entre a Câmara Municipal de Loures das Flores
e a Junta de freguesia da Fajazinha, de
Loures das Flores para o corrente ano de 2015
foi votado por unanimidade. e sendo
23 horas e 15 minutos de mais por
inserencia a reunião

Serapina Carvelo de Freitas Eduardo
Hermes Duarte Silveira Eduardo Fortuna
Olga Maria da Silva Paes e



Município das Lajes das Flores

Av. do Emigrante, n.º 4
9960-431 LAJES DAS FLORES

NIF: 512074836

Fax: 292590826

Departamento:

Administração Autárquica

Divisão:

Câmara Municipal

Repartição/Secção:

Contabilidade, aprovis. e patrim.

Obra: Limpeza e manutenção caminhos vicinais freguesia Fajãzinha

Bem/Serviço:

Local de Entrega:

Prazo:

Classificação Orçamental	Orgânica	Económica	G. O. P.	Obj.	Prog.	Projeto	Ação
	0102	06050202		3	331	2015/5004	3

N.º Cabimento: 1711 N.º Seq. Comp.: 8089

Despesa Autorizada por Despacho
(Ref. do Documento: DESP. 335/2015 de 09/03/2015)

(Compromisso: REQ. 323/2015 de 09/03/2015)

Quant.	Unid.	Cód. Produto	Designação Produto	Preço	% Desc.	% IVA	Total
1,000			Delegação Competências Limpeza Manutenção Caminhos Vicinais	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Tipo de produto:

Obs:

Prazo Pagamento:

Total s/ Desc.:	3.000,00	Sub-total:	3.000,00
Desconto:	0,00	Valor IVA:	0,00
Saldo p/ Cabimento:	2.337,62	TOTAL:	3.000,00
Saldo p/ Compromisso:	0,00		

NOTA: A Fatura deve indicar o n.º da Requisição e apenas incluir material de uma só requisição.
A Fatura deve indicar o número sequencial do Compromisso.

Fornecedor (Juntar à Fatura)

Folha 1/1

O PRESIDENTE	SERVIÇO CONTABILIDADE	FUNCIONARIO REQUISITANTE
